



Número: **0828521-46.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/06/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANANIAS FRANCISCO DE MELO (AUTOR)		LIDIANI MARTINS NUNES (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8206509	08/06/2017 15:28	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8206531	08/06/2017 15:28	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO DE MELO - PETIÇÃO INICIAL</a>	Outros Documentos
8206792	08/06/2017 15:40	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
8206803	08/06/2017 15:40	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO DE MELO - procuração</a>	Outros Documentos
8206820	08/06/2017 15:40	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO DE MELO - justiça gratuita</a>	Outros Documentos
8206835	08/06/2017 15:40	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO DE MELO - identificação</a>	Outros Documentos
8206852	08/06/2017 15:40	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO DE MELO - atendimento hospitalar</a>	Outros Documentos
11422271	07/12/2017 15:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
16091068	21/08/2018 17:08	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
16091251	21/08/2018 17:08	<a href="#">JOSIVANIA - requerimento administrativo</a>	Outros Documentos
16091375	21/08/2018 17:16	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
16091778	21/08/2018 17:16	<a href="#">ANANIAS FCO - requerimento administrativo</a>	Outros Documentos
18466775	19/12/2018 18:04	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
19760473	13/03/2019 15:26	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
19760496	13/03/2019 15:26	<a href="#">ANANIAS FCO - BO</a>	Outros Documentos
19762252	13/03/2019 16:03	<a href="#">Petição</a>	Petição
19762286	13/03/2019 16:03	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO - RECURSO DE APELAÇÃO NULIDADE PROCESSUAL NÃO HOU DESDE 2017 AJUIZAMENTO DA AÇÃO Q</a>	Outros Documentos
19762387	13/03/2019 16:03	<a href="#">ANANIAS - Documento de comprovação</a>	Outros Documentos
19762763	13/03/2019 16:10	<a href="#">Petição</a>	Petição

19762 784	13/03/2019 16:10	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO - CHAME O FEITO A ORDEM - NULIDADE PROCESSUAL NÃO HOUVE NENHUMA INTIMAÇÃO NOS AUTO</a>	Documento de Comprovação
19762 818	13/03/2019 16:10	<a href="#">ANANIAS - Documento de comprovação</a>	Outros Documentos
20140 610	28/03/2019 14:52	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
20140 652	28/03/2019 14:52	<a href="#">anantias - carta da lider</a>	Outros Documentos
20423 152	09/04/2019 15:02	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
22428 172	09/07/2019 09:42	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25637 050	25/10/2019 10:48	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
25637 065	25/10/2019 10:48	<a href="#">0828521-46.2017</a>	Aviso de Recebimento
25637 076	25/10/2019 10:51	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
25637 587	25/10/2019 10:55	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
25671 481	28/10/2019 12:40	<a href="#">Petição</a>	Petição
25671 482	28/10/2019 12:40	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO DE MELO - REQUER A ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO</a>	Outros Documentos
28075 494	07/02/2020 11:20	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
29151 541	16/03/2020 16:50	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31127 224	29/05/2020 22:32	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
31649 183	17/06/2020 17:42	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
31649 184	17/06/2020 17:42	<a href="#">ANANIAS FRANCISCO DE MELO - RESTA A REMESSA DOS AUTOS PARA O TJ</a>	Outros Documentos

anexo



**AO JUÍZO DE DIREITO DA \_\_VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

**ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, brasileiro(a), solteiro(a), Auxiliar serviço gerais, sob CPF nº 032.332.714-17, podendo ser intimado(a) na(o) Rua Assentamento Dona Antonia Qa L07, s/n, Jacuma - PB, por meio de sua advogada e procuradora infra-assinada e legalmente constituída nos termos do instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 15 Centro, João Pessoa - PB, vem mui respeitosamente a prima face solicitar o benefício da justiça gratuita, com base na lei nº 1060/50 e ato contínuo, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, POR INVALIDEZ PERMANENTE E DEFINITIVA - HEMORRAGIA EXTRADURAL PARIETAL + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS**, em face da **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Avenida Sinésio Guimarães, nº 301, Salas 03 a 05, Torre, João Pessoa/PB, CNPJ nº 85.031.334/0001-85, ancorado na Lei nº 6.194/74 e demais disposições à matéria pertinentes, pelos motivos fáticos e jurídicos que a seguir passa a expor.



**1) PRELIMINARMENTE****1.1) DA GRATUIDADE JUDICIAL - REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE PROCESSUAL (LEI N. 1060/50 , LEI N.º 7.115/1983 E ART.5º, LXXIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE VERSA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA)**

Se faz sabido que a litigância judicial decorre da necessidade da satisfação da composição de uma lide por um pronunciamento do poder julgador, que pode ser contra ou favorável às pretensões do(a) promovente. Assim, nos casos em que o litigante é "hipossuficiente", ou seja, "pobre na forma da lei", quando se percebe uma remuneração mensal insuficiente para arcar com as despesas processuais sem se privar do necessário à sua subsistência, é imperativo legal que se garanta a assistência judiciária gratuita, mesmo não sendo defendido por Defensor Público, até porque quem ingressa em juízo o faz através de um advogado de sua inteira confiança. Portanto, à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50 , aduz o art. 4º , que:

*"A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família".*

Nesse norte, a parte promovente faz jus à concessão da Justiça gratuita, haja vista não possuir rendimentos suficientes para arcar com as custas processuais e demais despesas sem comprometer o sustento próprio e de sua família. O direito do(a) requerente encontra guarida no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita), no art. 5º, I, do Código de Defesa do Consumidor, bem como nas jurisprudências dos tribunais superiores, a exemplo da que se segue:

*"PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DO INTERESSADO. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. IMPUGNAÇÃO REJEITADA. 1. Para a concessão do benefício da gratuidade de justiça é suficiente a declaração da parte no sentido de que não dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas do processo, sem comprometer o sustento próprio e de sua família. 2. A constituição de advogado particular não se traduz em presunção de riqueza nem é incompatível com o deferimento de*



*pedido de gratuidade judicial. 3. Recurso não provido. (20080110926130APC, Relator JOÃO MARIO SA, 3ª Turma Cível, julgado em 01/07/2009, DJ 17/07/2009 p. 18)."*

Para tanto, e com fundamentação nos diplomas legais anteriormente expostos, o autor requer, desde já, os benefícios da gratuidade judiciária.

## **2) DOS FATOS**

A parte autora foi vítima de acidente de trânsito, no dia **27/12/2016**, **acidente de trânsito**, conforme Boletim de Ocorrência Policial em anexo. Foi a vítima socorrida e teve atendimento hospitalar no **HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, em João Pessoa/PB**, sendo submetido(a) a procedimentos médicos. O tratamento médico não foi capaz de restabelecer a normalidade física da vítima, resultando em **DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - HEMORRAGIA EXTRADURAL PARIETAL + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS**, conforme atestam os laudos médicos, prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à colação.

Assim, não restou alternativa a(o) demandante, senão pleitear a justa indenização a ele(a) devida, no que tange ao seguro obrigatório **DPVAT**, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância às Leis as leis de sempre. Munido(a) da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro **DPVAT**, o pagamento da indenização acima referida.

## **3) DO QUANTO INDENIZATÓRIO**

Com referência ao valor do pagamento, no caso em análise, este deve ser equivalente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme determina o inciso II, do art. 3º e encontra respaldo jurídico na própria tabela anexada a Lei nº 6.194/74, ao mencionar que:



Danos Corporais e Repercussão do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100

O que precisamente corresponde ao numerário de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Impende ressaltar que a invalidez/limitação/debilidade existente na parte Autora é de caráter definitivo, perdurando esta sequela para o resto da sua vida, não podendo a mesma praticar diversas atividades como uma pessoa normal o faria, como por exemplo, exercer algum trabalho que exija esforço físico e que dificultará na hora em que for necessário procurar uma vaga de emprego, praticar certos tipos de esportes etc.

Não perdendo de vista Excelência, as discriminações que porventura o(a) Autor(a) venha a sofrer, podendo inclusive ser tratado com indiferença devido a sua limitação/debilidade.

Desta forma, está cabalmente provado que é direito da parte Autora a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, estando embasado pela doutrina, lei e jurisprudência, não deixando margem para interpretações diversas, obstáculos e contratempos.

#### **4) DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

##### **4.1) DO SEGURO DPVAT (LEI N.º 6.194/74 E LEI N. 11.945/09)**

O seguro obrigatório DPVAT, instituído pela Lei nº. 6.194/74 tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Considerando os dispositivos legais



vigentes, com o disposto no inciso II do Art. 3º da Lei nº. 6.194/74, o(a) promovente faz jus ao benefício do Seguro Obrigatório DPVAT no valor de em razão da invalidez permanente que acometeu a vítima de acidente de trânsito, senão vejamos:

*Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
[...]*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).*

*[...]*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). O art. 5º da lei n. 6.194/74 estabelece que a indenização será paga mediante simples comprovação do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

*Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*[...]*

*§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).*

De início, cumpre destacar que atualmente as **VERBAS SECURITÁRIAS - (DPVAT)** são regidas pela Lei n.º 11.945/2009, frente processo formal no legislativo da Lei n. 6.194/74, que foi modificada, advindo de Medida Provisória. Ao analisar a MP n.





451/2008. Nesse norte, as indenizações securitárias, que antes eram arbitradas em 40 (quarenta) salários mínimos, fora modificada em 31/05/2007, para um valor fixo de R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais), e posteriormente, sofrendo nova modificação, passando a ser adotado o mencionado percentual, sobre o valor da lesão, em que mediante o grau da lesão e a sua área afetada, se resume em percentuais que versam sobre até 70% de uma invalidez parcial, ou a totalidade de até 100% de invalidez dita como total, em conformidade com a MP n. 340/06, MP n. 451/08, convertida na Lei n. 11.945/09;

#### **5) DO PEDIDO**

**EX POSITIS**, e pelo mais que dos autos consta, **REQUER** que se **DIGNE VOSSA EXCELÊNCIA EM JULGAR O PEDIDO TOTALMENTE PROCEDENTE**, declarando a inconstitucionalidade da Lei n° 11.945/09 condenando a seguradora promovida a pagar a parte autora, **O SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - VERBA SECURITÁRIA**, na quantia indenizatória equivalente à **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, á título de **DPVAT POR DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - HEMORRAGIA EXTRADURAL PARIETAL + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS**, monetariamente corrigidos, com fulcro no que dispõe a Lei n° 6.194/74, em sua redação original. Vez que resta comprovado o acidente, bem como o dano decorrente, tudo de acordo com as balizas fixadas pela Doutrina e Jurisprudência pátria, ainda, com juros moratórios e correção monetária a partir do evento danoso, nos moldes da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. E no mais, **requer:**

**AB INÍCIO**, requer a realização da **PERÍCIA JUDICIAL**, para ser constatada a **DEBILIDADE DA PARTE AUTORA**;

Requer ainda seja à parte promovente concedido **OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**, tomando por base a Lei n°. 1.060/50, pois caso o presente pleito



venha a ser apreciado em grau recursal, não terá o(a) promovente, condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais da parte ex adversa, sem prejuízo próprio ou de sua família, por ser pobre nos termos da lei A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita);

Pugna pela **CITAÇÃO DA PROMOVIDA**, no endereço supramencionado, constante da qualificação, por meio de carta com aviso de recebimento, nos termos da lei, com as advertências do art. 285 e as prerrogativas do art. 172, ambos do Código de Processo Civil, para querendo oferecer defesa no prazo legal, contestar o pedido da parte promovente, sob pena de não o fazendo, seja decretada a revelia e confissão tácita dos fatos narrados em sede de petição inicial;

Alega **PROVAR OS FATOS POR TODOS OS MEIOS DE PROVA EM DIREITO ADMITIDOS**, especialmente por meio de prova documental, por se tratar de matéria exclusivamente de direito;

Pugna pela condenação da promovida em **CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS À RAZÃO HABITUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO**, devidamente corrigidos, caso venha a ser utilizado o disposto na legislação;

Por fim, requer, ao trânsito em julgado do decisum, seja dado início ao processo de **EXECUÇÃO, INDEPENDENTE DE NOVA CITAÇÃO**, em não havendo cumprimento da obrigação naquele referido, conforme preceitua a legislação.

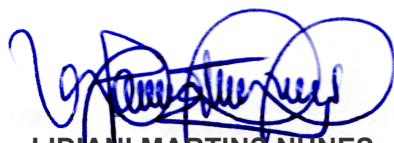
Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** para efeitos meramente fiscais.

Termos em que,



Pede deferimento.

João Pessoa(PB), 08 de Junho de 2017.



LIDIANI MARTINS NUNES  
OAB/PB 10244/PB



anexo



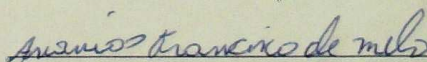


## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Outorgante: ANANIAS FRANCISCO DE MELO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o no. 032.332.714-17, residente na Rua Assentamento Dona Antonia Qa L07, s/n, Jacuma/PB, vem constituir como advogada a Dra. LIDIANI MARTINS NUNES, OAB no. 10244/PB, com escritório localizado na Av. João Luis Ribeiro de Moraes, no. 15, João Pessoa/PB, fone: (83) 3241-1843.

PODERES: Pelo presente instrumento particular que assino, nomeio e constituo como bastante procuradora, a outorgada supra qualificada, outorgando-lhe plenos e especiais poderes, incluindo os das cláusulas extra e ad judicia para representar a outorgante em quaisquer instâncias, Juízos ou Tribunais, repartições e órgãos da Administração Pública direta ou indireta, Federal, dos Estados ou dos Municípios, podendo praticar, conjunta ou separadamente, todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, propor quaisquer ações, defender nas que forem propostas, recorrer em qualquer Instância ou Tribunal, podendo, ainda, firmar os documentos necessários, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, substabelecer a presente no todo, ou em parte, com ou sem reserva de poderes e todos os demais poderes necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, confessar, reconhecer a procedência do pedido, podendo inclusive a outorgada receber alvará nominal a(o) outorgante, e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato. Desde já fixo HONORÁRIOS CONTRATUAIS de 30% (Trinta por cento), independente dos sucumbenciais. E desde já autorizo a expedir alvará judicial de honorários contratuais separados, nos próprios autos do processo judicial de cobrança de seguro DPVAT, por morte ou debilidade, perante a Justiça Estadual.

João Pessoa, 23 de Maio de 2017

  
Ananias Francisco De Melo





## DECLARAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA

Eu, **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, brasileiro(a), solteiro(a), Auxiliar serviço gerais, portador(a) do CIC nº 032.332.714-17, residente e domiciliado(a) à Rua Assentamento Dona Antonia Qa L07, s/n, Jacuma/PB. **DECLARO**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, com fulcro no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal e nos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil (Lei Federal n. 13.105, de 16 de março de 2015), *in verbis*:

*"Art. 98 – A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

*§ 1º A gratuidade da justiça compreende:*

*I – as taxas ou as custas judiciais;*

*II – os selos postais;*

*III – as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;*

*IV – a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;*

*V – as despesas com a realização de exame de código genético – DNA e de outros exames considerados essenciais;*

*VI – os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;*

*VII – o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;*

*VIII – os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;*

*IX – os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido."*

João Pessoa, 23 de Maio de 2017

*Ananias Francisco de Melo*

**ANANIAS FRANCISCO DE MELO**  
CIC: 032.332.714-17





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.201.095 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/10/2013

NOME ANANIAS FRANCISCO DE MELO

FILIAÇÃO JOSÉ FRANCISCO DE MELO  
GENELICIA MARIA DE MELO

NATURALIDADE RECIFE-PE DATA DE NASCIMENTO 05/09/1980

DOC ORIGEM NASC. N. 5109 FLS. 104 LIVRA-ACB  
CARTORIO RECIFE-PE

CPF 032.332.714-17

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º OFÍCIO DE NOTAS  
2º TABELADO DE PROTESTOS  
3º TABELADO DE PROTESTOS  
4º TABELADO DE PROTESTOS  
5º TABELADO DE PROTESTOS  
6º TABELADO DE PROTESTOS  
7º TABELADO DE PROTESTOS  
8º TABELADO DE PROTESTOS  
9º TABELADO DE PROTESTOS  
10º TABELADO DE PROTESTOS

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

João Pessoa-PB 23/05/2017 16:03:06

Barrio dos Santos Lima - Escrevente

[2017-029940] ENL:RS 2,31 FAX:EN:RS 0,27 FAX:EN:RS 0,46 FAX:EN:RS 0,12

SELO DIGITAL: AEZ30856-MINE

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-917





Ananias Francisco de Melo

CARTEIRA DE IDENTIDADE







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIREÇÃO TÉCNICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE ANANIAS FRANCISCO DE MELO

DATA DE NASCIMENTO 05/09/80

NOME DA MÃE GENELICIA MARIA DE MELO

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 970.408

Nº PRONTUÁRIO 99.485

DATA DO ATENDIMENTO 27/12/2016

HORA DO ATENDIMENTO 20:37

MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA

DIAGNÓSTICO (S) HEMORRAGIA EXTRADURAL PARIETAL E + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS

CID 10 S 06.4 + T 07

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta (colisão moto x carro), encaminhado do Ortotrauma e com entubação oro-traqueal, apresentando TCE e rebaixamento do nível de consciência. Glasgow 4. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC do crânio e subsequentes  
TC da coluna cervical  
RX da coluna cervical - AP e P  
RX do tórax - AP  
RX da bacia - AP  
USG do abdome total - FAST

### TRATAMENTO:

Hemorragia extradural parietal E à TC do crânio. Sem alteração à TC cervical, USG e aos RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Alécio Barcelos e Dr. George Mendes. Obteve suporte da Terapia Intensiva.

ALTA HOSPITALAR: 08/01/17

DATA DA EMISSÃO: 15/05/17

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA  
MÉDICO EM REEVALUAÇÃO  
CRM 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira  
CRM: 2516/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





## **DESPACHO**

Vistos etc.

Intime-se a parte suplicante para, no prazo de quinze dias, colacionar aos autos documento comprobatório de requerimento administrativo, sob pena de extinção.

João Pessoa, 07 de dezembro de 2017



anexo



☐ MORTE ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ DAMS

DATA DO ACIDENTE 27/12/2016 POSSUI CPF ( ) SIM ( ) NÃO Nº CPF 03233271417

(1) Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

## DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ( ) Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada ( ) Sim ( ) Não
- ( ) Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ( ) Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ( ) Laudo de invalidez do IML – original ou cópia autenticada ( ) Sim ( ) Não
- ( ) Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- ( ) Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ( ) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ( ) CPF da vítima (cópia simples)

( ) Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada ( ) Sim ( ) Não

- ( ) Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada: ( ) Sim ( ) Não  
( ) Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário  
( ) Documento de identificação da vítima (cópia simples)  
( ) CPF da vítima (cópia simples)  
( ) Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)  
( ) CPF de todos os beneficiários (cópia simples)  
( ) Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).  
( ) Autorização de pagamento para todos os beneficiários(original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)  
( ) Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: ( ) Sim ( ) Não

## DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)

- ( ) Certidão de Casamento com data atual (cópia simples,

BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)

- ( ) Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
- ( ) Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- ( ) Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
- ( ) Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- ( ) Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DEPENDENTE ( FILHO(A) OU NETO(A))**
- ( ) Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- DECLARAÇÃO DE ACRESCIMENTO DE VALORES**

SI 69123824 4 BR

[illegible]

Valor: Debe ser el mismo al que se ingresó en el  
Hoja de cálculo como valor  
El 11 de febrero de 2004, el valor declarado es

A. MILLER

[illegible]

SERV PUBLISHERS INTERNATIONAL LTD. Basingstoke, Hants. RG24 0AP, England.

banho tomado; peso e AHA de 100 Alteramento dos Correntes	1
recomendação de 100 Alteramento	1
melhor controle geral de 100 Alteramento	1

VIA-CLIFNOL SARA 1.3.01

030011  
478039-1

1083 987 5941

15-MLD

anexo





( ) MORTE (X) INVALIDEZ PERMANENTE ( ) DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA

DATA DO ACIDENTE

23/12/2016

POSSUI CPF ( ) SIM ( ) NÃO

Nº CPF

03233271413

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- ( ) Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- ( ) CPF do Representante Legal (cópia simples)
- ( ) Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada ( ) Sim ( ) Não
- ☒ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ☒ Laudo de Invalidez do IML – original ou cópia autenticada ( ) Sim ( ) Não
- ☒ Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- ☒ Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☒ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☒ CPF da vítima (cópia simples)

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS – COBERTURA MORT

- ( ) Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada: ( ) Sim ( ) Não
  - ( ) Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
  - ( ) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
  - ( ) CPF da vítima (cópia simples)
  - ( ) Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
  - ( ) CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
  - ( ) Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).
  - ( ) Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
  - ( ) Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: ( ) Sim ( ) Não
- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
- ( ) Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
  - ( ) Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)**
- ( ) Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIO**
- ( ) Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO FILHO(A) OU NETO(A)**
- ( ) Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
  - ( ) Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
  - ( ) Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**

BR 4 42832169 1S

ECT - EMP. FIANÇ. DE CORRETORES TELEGRAFOS  
AG. SEGURADORA LIDER  
JUAZ DE FORÇA  
CNPJ 07.093.888/0001-00

COMPROVANTE DO

Cliente: SEGURADORA LIDER CORRETORES  
CNPJ: 07.093.888/0001-00  
Doc. Post.: 00000166  
Contrato: 000000000, Cód. Adm.: 11/00000  
Cartão: 00000000

Movimento: 01/07/2018 Hora: 09:48:56  
Caixa: 8124515 Matrícula: 84760371  
Lançamento: 010 Atendimento: 00006  
Modalidade: A Faturar ID: 1405121303

DESCRIÇÃO QTD PREÇO UNIT. VALOR  
SEGURO DPVAT AT 30 1 21,75  
Valor do Portador 21,75  
Peso real (kg) 100  
CNPJ Remetente: 000000000000000000  
Nome Remetente: ANTONIO PEDRO DE MELLO  
Endereço Remetente: ACOMPANHAMENTO MARIA ANTONIA O  
Cont. Endereço: 0 - CENTRO  
Cep Remetente: 00000000  
Cidade Remetente: GUARÁ  
UF Remetente: DF

POSTAL RESPOSTA DPV 1 29,31  
Valor do Portador 29,31  
Cep Destino: 24031-205 (RJ)  
Peso real (kg) 100  
DE RETO: 51639232449R

TOTAL DO ATENDIMENTO R\$ 51,06

Valor Declarado não solicitado (R\$)  
No caso de objeto com valor  
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação dos serviços acima  
prestados, ou qual(is) parte(s) mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RUI  
Ass. Responsável: \_\_\_\_\_

SERV. POSTAIS: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Ganho total bruto e AN de Pre. Atendimento d  
os Beneficiários

Indicação de atendimento de emergência

VIA-CLIENTE



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**11ª Vara Cível da Capital**

**PROCESSO Nº: 0852577-80.2016.8.15.2003**

**PROMOVENTE: ANANIAS FRANCISCO DE MELO**

**PROMOVIDO: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**



**SENTENÇA**



**AÇÃO DE COBRANÇA. DETERMINADA A EMENDA DA EXORDIAL. DESPACHO NÃO CUMPRIDO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 303, §2º, DO CPC.**





**- Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando o autor deixar de cumprir a previsão do Art. 303, §2º, do CPC.**



Vistos, etc.

**ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, qualificado nos autos, através de seu procurador e advogado, legalmente constituído, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA**, em face de **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, também devidamente qualificado.



Intimado do despacho de ID 11422271 para, no prazo de quinze dias, colacionar aos autos documento comprobatório do requerimento administrativo, sob pena de extinção.



Vieram-me conclusos os autos.

**É o relatório.**



**Passo a decidir.**

O caso presente é de extinção sem resolução de mérito.



Preceitua o art. 485, I, do NCPC:



*“Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:*

*I- indeferir a petição inicial”.*



A inicial será indeferida, entre outros casos, quando não atendidas as prescrições dos arts. 320 e 321, ambos do Código de Processo Civil/2015. Este último dispõe sobre a possibilidade de emenda da inicial no caso de não atendimento aos requisitos da petição inicial estabelecidos no CPC ou outros defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento.

No caso presente, constata-se que o promovente, apesar de devidamente intimado no prazo legal para colacionar aos autos documento comprobatório da recusa do procedimento administrativo, sob pena de extinção, conforme determinado no despacho de ID 11422271, manteve-se inerte, deixando de cumprir o determinado.





Diante do constatado, outro caminho não resta senão a extinção do processo pelo indeferimento da petição inicial.



Assim, a par das referidas considerações, com fundamento nos arts. 485, I e 321, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil, **declaro extinto o presente processo sem julgamento do mérito.**

Sem custas.



P.R.I.

Após o trânsito em julgado, archive-se, dando-se baixa na distribuição.



João Pessoa, 19 de dezembro de 2018.



Juiz(a) de Direito



anexo





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**  
**Nº: 690/2017**

Aos (05) de junho de 2017, nesta cidade, na delegacia do Conde -PB, onde presente encontrava o(a) Exmo(a) **HECTOR NUNES AZEVEDO**, Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão de seu cargo, por volta das 11:30min;

**COMUNICANTE: ANANIAS FRANCISCO DE MELO**  
**CPF: 032.332.714-17**      **RG: 4.201.095 SSP/PB**  
**NACIONALIDADE: Brasileira**      **NATURALIDADE: Recife/PE**  
**ESTADO CIVIL: solteiro**  
**DATA DE NASCIMENTO: 05/09/1980**      **PROFISSÃO: Auxiliar de Serviços Gerais**  
**FILIAÇÃO: José Francisco de Melo e Genelicia Maria de Melo**  
**ENDEREÇO: Assentamento dona Antonia, S/N, Quadra A, Lote 07, Jacumã, Conde/PB.**  
**TELEFONE: 83 9 87594711**

**OCORRÊNCIA: AFIRMA O NOTICIANTE** que na data de 27/12/2016, por volta das 16:30h da tarde estava trafegando com a sua **MOTOCICLETA, uma HONDA CG/160 FAN ESDI, PLACA PCE0380/PE, ANO/FAB 2015/2016, CHASSI 9C2KC2200GR100455, COR VERMELHA** na avenida principal da localidade de Jacumã, próximo à invasão Capadócia numa curva. Que no momento do fato um carro desconhecido vinha em direção oposta ao motociclista e bateu no mesmo, fazendo com que o Sr **ANANIAS FRANCISCO** freasse sem sucesso, onde a sua moto levantou a traseira vindo a cair por cima do mesmo que foi ao solo. Que o Sr **ANANIAS** ficou inconsciente e foi socorrido por particulares para o Ortopedia, mais conhecido como Trauminha do Bairro da Mangabeira em João Pessoa/PB, onde foi encaminhado para o **HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA HUMBERTO LUCENA**, dando entrada no mesmo dia 27/12/2016, às 20:37h com diagnóstico de **HEMORRAGIA EXTRADURAL PARIETAL E TRAUMATISMO MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS**. Que o noticiante ficou internado e realizou procedimento cirúrgico, tendo alta hospitalar no dia 08/01/2017. Que o notificante veio a esta delegacia no dia 18/09/2017, retificar a data do acidente, onde declarou que a data foi 27/12/2016 CIENTE DAS SANÇÕES PENAS CIVIS E CRIMINAIS ÀS QUAIS ESTARÁ SUJEITO QUANTO AO QUE AQUI DECLAROU NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE. ERA O QUE TINHA A REGISTRAR..

Conde, 18 de setembro de 2017.

Notificante: Ananias Francisco de Melo

POLICIAL CIVIL: Ivan da Silva Paula Junior  
MAT. 182.276-4

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 156, Conde/PB, FONE: (83) 32982265  
[www.policiacivil.pb.gov.br](http://www.policiacivil.pb.gov.br)



anexo





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 11A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**

**Processo de no. 0828521-46.2017.8.15.2001**

**ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0828521-46.2017.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER**:

Vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seu (sua) advogado (a) abaixo assinada, opor, com fulcro nos arts. 1.009 a 1014 e seguintes do Código de Processo Civil, os seguintes, **RECURSO DE APELAÇÃO**, em face da sentença de Extinção Sem Julgamento de Mérito (ID n.º 18466775), que com as cautelas de praxe esse juízo remeta os autos para o Egregio Tribunal de Justiça da Paraíba, pelos motivos de fato e de direito abaixo aduzidos.

João Pessoa(PB), 13 de março de 2019

**LIDIANI MARTINS NUNES**  
**OAB/PB n.º 10244**



**EGRÉZIA CORTE**

**INCLITOS JULGADORES**

**APELANTE : ANANIAS FRANCISCO DE MELO**

**RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO:**

**I – DOS FATOS**

Trata-se de ação de Cobrança de Seguro Dpvat, ajuizada perante a 11ª Vara Cível, desde a data de 08/06/2017, para o reconhecimento da pretensão a parte autora juntou aos autos: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL (ID n.º 8206835), PROCURAÇÃO (ID n.º 8206803), BOLETIM POLICIAL (ID n.º 19760496) ATENDIMENTO HOSPITALAR (ID n.º 8206852) e REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);

Ocorre que, nos autos da ação, houve um despacho no ID n.º 11422271, em que a MM Juíza solicita a juntada do requerimento administrativo, em despacho esse em data de 07/12/2017, após um mês que a ação foi ajuizada, sendo este o [primeiro despacho, o qual até a presente data se quer houve intimação de qualquer ato nos presentes autos;](#)

Pois bem, em data de 21/08/2018 mesmo a [parte autora não tendo se quer sido intimada](#) de qualquer despacho junta o comprovante REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);



Porém, mais uma vez, *acontece outro erro*, a MM Juiza prolatada a extinção do processo sem julgamento de mérito, justificando que o polo ativo não cumpriu com o despacho, equivoco este que a MM Juiza, não observou as nulidades processuais, vez que, *não observou que nos autos não existe qualquer intimação de despacho, que nos autos não observou que a parte autora juntou o requerimento administrativo e que se quer o cartório certificou qualquer intimação de ato processual realizada até a presente data*, data vênua!!!

Douta julgadora, até a presente data se quer houve qualquer intimação de qualquer ato judicial, e mais, em data de 21/08/2018, mesmo sem intimação a parte autora junta nos autos o comprovante do requerimento administrativo conforme ID n.º 16091778, o qual se quer foi observado nos autos, mesmo assim, frente tais nulidades, a MM Juiza prolatada sentença de extinção, **sem ter o juízo obsevado que desde o ajuizamento da ação não houve qualquer ato processual de intimação nos autos, conforme foto retirada da movimentação em anexo;**

Ex positis, requer que chame o feito a ordem, reconheça a nulidade processual, acolha os embargos de declaração na sua totalidade, e determine audiência de conciliação/instrução e julgamento com realização de perícia, e promova a citação da parte ré, que até a presente data se quer fora citada nos autos, alias, nenhum ato de citação e intimação foi realizado nso autos pelo cartório.

## **II – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente Recurso de Apelação é tempestivo, vez que mesmo a ação tendo sido ajuizada desde a data de 08/06/2017, até a presente data **se quer houve alguma intimação ou citação de qualquer despacho ou ato processual.**

## **III – – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se, que seja dado provimento ao Recurso de



Apelação, e ato contínuo, frente a nulidade processual, casse a decisão de primeiro grau, devolvendo o tramite normal do processo, com o devido processo legal, determinando os autos a 11ª Vara Cível para dar prosseguimento ao processo determinando de plano perícia judicial e audiência de instrução e julgamento.

João Pessoa(PB), 13 de março de 2019

**LIDIANI MARTINS NUNES**

**OAB/PB n.º 10244**

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 13 de Março de 2019



**LIDIANI MARTINS NUNES**  
**OAB NO. 10244/PB**



11ª Vara Cível da Capital/Juiz de Direito  
**ProComum 0828521-46.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
 ANANIAS FRANCISCO DE MELO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO

Classe judicial PROCEDIMENTO COMUM (7)	Órgão julgador 11ª Vara Cível da Capital	Autuação 08/06/2017	Última distribuição 08/06/2017	Valor da causa R\$ 13.500,00
---	---	------------------------	-----------------------------------	---------------------------------

Processo	Incluir petições e documentos	Audiência	Expedientes	Características do processo	Perícia	Associados (0)	Acesso de terceiros	Dados específicos da classe
----------	-------------------------------	-----------	-------------	-----------------------------	---------	----------------	---------------------	-----------------------------

Partes	Documentos	Fechado
Ato de comunicação	Data limite prevista para ciência ou manifestação	Foram encontrados: 0 resultados

Scanned by CamScanner





Tribunal de Justiça da Paraíba: Detalhes do Processo - Navegador PJE - CNJ

11ª Vara Cível da Capital/Juiz de Direito

**ProComum 0828521-46.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
ANANIAS FRANCISCO DE MELO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO

Classe judicial  
PROCEDIMENTO COMUM (7)

Órgão julgador  
11ª Vara Cível da Capital

Autuação  
08/06/2017

Última distribuição  
03/06/2017

Valor da causa  
R\$ 13.500,00

Processo

Incluir petições e documentos

Audências

Expedientes

Características do processo

Perícia

Associados (0)

Acesso de terceiros

Dados específicos da classe

Impressão de lista de documentos

Download de documentos em PDF

Paginador

**Detalhes do processo**

Assuntos  
ACIDENTE DE TRÂNSITO (10441)

Polo ativo  
ANANIAS FRANCISCO DE MELO - CPF: 032.332.714-17 (AUTOR)  
LIDIANI MARTINS NUNES - OAB PB10244 - CPF: 027.729.174-79 (ADVOGADO)

Polo passivo  
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO - CNPJ: 85.031.334/0001-85 (RÉU)

Segredo de justiça?  
NÃO

Justiça gratuita?  
SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela?  
NÃO

**Documentos**

**Movimentações do Processo**

**Eventos do Processo**

Nº do Evento	Movimento	Documento
18152763	13/03/2019 15:26:28 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
15549766	19/12/2018 18:04:33 - Indeferida a petição inicial	
14626551	19/11/2018 15:17:32 - Conclusos para despacho	
12043227	21/08/2018 17:16:12 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
12042794	21/08/2018 17:08:39 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
7470357	07/12/2017 15:28:08 - Proferido despacho de mero expediente	
5088530	30/06/2017 13:07:16 - Conclusos para despacho	
4965394	08/06/2017 15:40:17 - Juntada de Petição de outros documentos	
4865089	08/06/2017 15:28:31 - Distribuição por sorteio	

Foram encontrados: 9 resultados



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 11A. VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA - PB**

**Processo de no. 0828521-46.2017.8.15.2001**

**ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0828521-46.2017.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

Vem respeitosamente perante Vossa Excelência, comunicar a nulidade processual dos autos e requer que CHAME O FEITO A ORDEM, determinando o tramite normal do processo, pelos motivos de fato e de direito abaixo aduzidos.

Trata-se de ação de Cobrança de Seguro Dpvat, ajuizada perante a 11ª Vara Cível, desde a data de 08/06/2017, para o reconhecimento da pretensão a parte autora juntou aos autos: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL (ID n.º 8206835), PROCURAÇÃO (ID n.º 8206803), BOLETIM POLICIAL (ID n.º 19760496) ATENDIMENTO HOSPITALAR (ID n.º 8206852) e REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);

Ocorre que, nos autos da ação, houve um despacho no ID n.º 11422271, em que a MM Juíza solicita a juntada do requerimento administrativo, em despacho esse em data de 07/12/2017, após um mês que a ação foi ajuizada, sendo este o [primeiro despacho, o qual até a presente data se quer houve intimação de qualquer ato nos presentes autos;](#)

Pois bem, em data de 21/08/2018 mesmo a [parte autora não tendo se quer sido intimada](#) de qualquer despacho junta o comprovante REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);

Porém, mais uma vez, [acontece outro erro](#), a MM Juíza prolatada a extinção do





processo sem julgamento de mérito, justificando que o polo ativo não cumpriu com o despacho, equívoco este que a MM Juíza, não observou as nulidades processuais, vez que, não observou que nos autos não existe qualquer intimação de despacho, que nos autos não observou que a parte autora juntou o requerimento administrativo e que se quer o cartório certificou qualquer intimação de ato processual realizada até a presente data, data vênia!!!

Douta julgadora, até a presente data se quer houve qualquer intimação de qualquer ato judicial, e mais, em data de 21/08/2018, mesmo sem intimação a parte autora junta nos autos o comprovante do requerimento administrativo conforme ID n.º 16091778, o qual se quer foi observado nos autos, mesmo assim, frente tais nulidades, a MM Juíza prolatada sentença de extinção, **sem ter o juízo obsejado que desde o ajuizamento da ação não houve qualquer ato processual de intimação nos autos, conforme foto retirada da movimentação em anexo;**

Ex positis, requer que chame o feito a ordem, reconheça a nulidade processual, e determine audiência de conciliação/instrução e julgamento com realização de perícia, e promova a citação da parte ré, que até a presente data se quer fora citada nos autos, alias, nenhum ato de citação e intimação foi realizado nso autos pelo cartório.

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 13 de Março de 2019



**LIDIANI MARTINS NUNES**  
**OAB NO. 10244/PB**



11ª Vara Cível da Capital/Juiz de Direito  
**ProComum 0828521-46.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
 ANANIAS FRANCISCO DE MELO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO

Classe judicial PROCEDIMENTO COMUM (7)	Órgão julgador 11ª Vara Cível da Capital	Autuação 08/06/2017	Última distribuição 08/06/2017	Valor da causa R\$ 13.500,00
---	---	------------------------	-----------------------------------	---------------------------------

Processo	Incluir petições e documentos	Audiência	Expedientes	Características do processo	Perícia	Associados (0)	Acesso de terceiros	Dados específicos da classe
----------	-------------------------------	-----------	-------------	-----------------------------	---------	----------------	---------------------	-----------------------------

Partes	Atos	Documentos	Fechado
Ato de comunicação	Data limite prevista para ciência ou manifestação	Foram encontrados: 0 resultados	

Scanned by CamScanner





Tribunal de Justiça da Paraíba: Detalhes do Processo - Navegador PJE - CNJ

11ª Vara Cível da Capital/Juiz de Direito

**ProComum 0828521-46.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
ANANIAS FRANCISCO DE MELO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO

Classe judicial  
PROCEDIMENTO COMUM (7)

Órgão julgador  
11ª Vara Cível da Capital

Autuação  
08/06/2017

Última distribuição  
03/06/2017

Valor da causa  
R\$ 13.500,00

Processo

Incluir petições e documentos

Audências

Expedientes

Características do processo

Perícia

Associados (0)

Acesso de terceiros

Dados específicos da classe

Impressão de lista de documentos

Download de documentos em PDF

Paginador

**Detalhes do processo**

Assuntos  
ACIDENTE DE TRÂNSITO (10441)

Polo ativo  
ANANIAS FRANCISCO DE MELO - CPF: 032.332.714-17 (AUTOR)  
LIDIANI MARTINS NUNES - OAB PB10244 - CPF: 027.729.174-79 (ADVOGADO)

Polo passivo  
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO - CNPJ: 85.031.334/0001-85 (RÉU)

Segredo de justiça?  
NÃO

Justiça gratuita?  
SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela?  
NÃO

**Documentos**

**Movimentações do Processo**

**Eventos do Processo**

Nº do Evento	Movimento	Documento
18152763	13/03/2019 15:26:28 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
15549766	19/12/2018 18:04:33 - Indeferida a petição inicial	
14626551	19/11/2018 15:17:32 - Conclusos para despacho	
12043227	21/08/2018 17:16:12 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
12042794	21/08/2018 17:08:39 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
7470357	07/12/2017 15:28:08 - Proferido despacho de mero expediente	
5088530	30/06/2017 13:07:16 - Conclusos para despacho	
4965394	08/06/2017 15:40:17 - Juntada de Petição de outros documentos	
4865089	08/06/2017 15:28:31 - Distribuído por sorteio	

Foram encontrados: 9 resultados

anexo





Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**  
Nº Sinistro: **3180327599**  
Vitima: **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**  
Data do Acidente: **27/12/2016**  
Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180327599**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento infor. incorretas

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13139873

Scanned by CamScanner





3838



Seguradora

**LÍDER**

Administradora do Seguro DPVAT



ANANIAS FRANCISCO DE MELO  
RUA ASSENTAMENTO DONA ANTONIO, s/n QD A LT 7  
JACUMA  
CEP 58322-000 - CONDE - PB



JO987287247BR

Saiba + [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples; basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

**DPVAT-Como Requerer**

Seguradora  
**LÍDER**  
Administradora do Seguro DPVAT



Scanned by CamScanner





Poder Judiciário da Paraíba  
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0828521-46.2017.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO  
**Polo passivo:** RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que, face o recurso de apelação de ID 19762286 e petição seguinte, faço conclusão dos autos.

JOÃO PESSOA, 9 de abril de 2019  
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



Vistos etc.

1. Mantenho a sentença na sua íntegra.

2. Verificada a interposição da apelação e preenchidos os requisitos do art. 1.110 do NCPC, cite-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias;

3. Suscitadas questões preliminares quando do oferecimento das contrarrazões, intime-se o respectivo recorrente para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito (art. 1009, §2º do NCPC);

4. Decorrido os prazos supracitados, com ou sem manifestação, subam os autos ao e. TJPB, com os nossos cumprimentos (art. 1.010, §3º do NCPC).





## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

25 de outubro de 2019

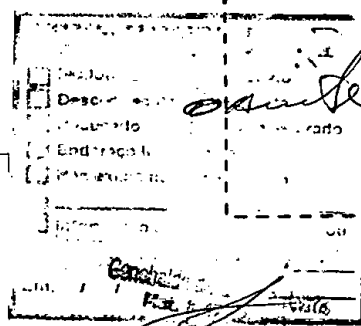
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



PJE - Proc. 0828521-46.2017.8.15.2001  
A Sua Senhoria a Rep. Legal do(a):  
**NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A**  
- EM LIQUIDAÇÃO  
Rua/Av: SINÉSIO GUIMARÃES -  
nº301 - SALA 03 Á 05  
Bairro: TORRE - JOÃO PESSOA -  
PB  
CEP: 58000-000



11ª Vara Cível da Paraíba  
recebi em 07/10/2019  
Mário Maria Pereira Gomes  
MM. 468.654-9



SELO  
30.5734  
TJ

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority		PESO (kg) weight
Recebedor	AR MP	
Assinatura	Doc.	
JU 36797040 2 BR		





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS-ENOT

JU 36797040 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
16 SET 2019
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
19/09/19	23/09/19	23/09/19
:	:	:
h	h	h

ENDERECO PARA  
DEVOLUCAO  
RETOUR

PRESENÇA DO RECEBENTE / PRESENCE DE L'EXPÉDIENTEUR	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDIENTEUR	
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA	
JUIZO DE DIREITO DA IIª VARA CÍVEL	
FORUM DES. MÁRIO MOACYR PORTO	
Av: João Machado, nº s/n - 4º Andar	
Jaguaribe - João Pessoa - PB	
CEP: 58013-520/Fone/Fax: 83-3208-2483	
UF	BRASIL
	BRESEL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

25 de outubro de 2019

SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA





Poder Judiciário da Paraíba  
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo: 0828521-46.2017.8.15.2001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**Polo ativo: AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO**  
**Polo passivo: RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que, diante da devolução da carta de citação (para contrarrazoar), ID 25637065, de ordem, intimo autor/apelante para se manifestar.

JOÃO PESSOA, 25 de outubro de 2019  
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



anexo





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 11A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**

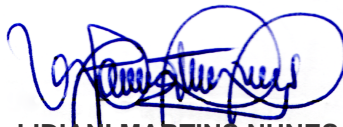
**Processo de no. 0828521-46.2017.8.15.2001**

**ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0828521-46.2017.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

Requer o deferimento da alteração do polo passivo da demanda, uma vez que a Nobre seguradora se encontra em liquidação extrajudicial, sendo assim, solicito a alteração do polo passivo da lide para fins de CITAÇÃO da [MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, localizada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.723, centro, João Pessoa/PB, Cnpj n.º 61.074.175/0082-01.](#)

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 28 de Outubro de 2019

  
**LIDIANI MARTINS NUNES**  
OAB NO. 10244/PB





Poder Judiciário da Paraíba  
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo: 0828521-46.2017.8.15.2001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**Polo ativo: AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO**  
**Polo passivo: RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**

### **CERTIDÃO**

Face o petítório de ID 25671482, faço conclusão dos autos.

JOÃO PESSOA, 7 de fevereiro de 2020  
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**11ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0828521-46.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Como não houve citação, defiro a mudança no polo passivo, como requerido ID 25671482.

Cumpra-se o ítem 2 do despacho, após o 4 do ID 22428172.

JOÃO PESSOA, 16 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo: 0828521-46.2017.8.15.2001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [Acidente de Trânsito]**  
**Polo ativo: AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO**  
**Polo passivo: REU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que procedi à alteração do polo passivo da lide, excluindo NOBRE SEGURADORA e incluindo MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, como requerido e determinado.

JOÃO PESSOA, 29 de maio de 2020  
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



anexo



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE  
DIREITO DA 11 VARA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE  
JOÃO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA.**

**Processo NPU 0828521-46.2017.8.15.2001**

A Parte Autora, **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, devidamente qualificado nos autos em epigrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada e bastante procuradora, com o devido respeito a Vossa Excelência, **REQUERER A REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA**, para analisar o **RECURSO DE APELAÇÃO** interposto nos autos [Id n.º 19762286](#).

Respeitosamente, pede deferimento.

João Pessoa (PB), 17 de Junho de 2020.

**LIDIANI MARTINS NUNES**

**ADVOGADA OAB/PB N.º 10244**

